

Observações sobre a Sexta Meditação de Descartes

ETHEL MENEZES ROCHA

*Departamento de Filosofia
Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq
RIO DE JANEIRO, RJ
ethel.rocha@pq.cnpq.br*

Resumo: O objetivo do artigo é examinar o argumento cartesiano em favor da distinção corpo/alma à luz da tese, também cartesiana, da união corpo/alma no homem. A hipótese a ser defendida é a de que a prova da distinção real entre corpo e alma envolve um conceito de substância segundo o qual um atributo principal não pode coexistir com outro numa mesma substância. Mais ainda, será sustentado que interpretando assim o argumento em favor da distinção é possível admitir que Descartes ao provar a união entre essas duas substâncias distintas não abandona nem enfraquece sua tese dualista.

Palavras-chave: Dualismo. União corpo/alma. Princípio de separabilidade. Substância.

Seguindo o procedimento das meditações anteriores, Descartes na Sexta Meditação das *Meditações Metafísicas* se ocupa com o problema das condições de possibilidade do conhecimento visando introduzir um modelo alternativo ao fornecido pela tradição tomista aristotélica. Nessa meditação o foco é, sobretudo, o conhecimento da existência do mundo físico, isto é, o conhecimento da existência de corpos de um modo geral e de em corpo em particular (“esse corpo que, por um certo direito particular, eu chamava de meu”¹). Na esteira do tratamento das condições de possibilidade desse conhecimento, Descartes introduz uma argumentação alternativa à argumentação escolástica, visando mostrar que estes conhecimentos de existência dependem do conhecimento da natureza do corpo, do conhecimento da natureza da alma, e do conhecimento da natureza do composto corpo/alma. Sendo assim, como de resto ocorre em todas as outras medi-

¹ *Meditações Metafísicas*, Sexta Meditação.

tações, o tratamento da questão epistêmica tem como consequência algumas teses ontológicas. Por exemplo, na Segunda Meditação, o exame das condições do conhecimento da alma implicou na rejeição tanto do conceito tomista aristotélico de alma tripartida quanto do conceito de alma como corpo sutil defendido pela tradição atomista, em favor da tese de que a alma é substância imaterial e puro intelecto. Ou ainda, na Quinta Meditação, o exame das condições do conhecimento da natureza do corpo através de idéias compostas inatas terminou por rejeitar o conceito tradicional aristotélico de corpo como *primer matter*. De modo similar, aqui na Sexta Meditação, por sua vez, o tratamento das condições do conhecimento da existência dos corpos e de um corpo que está unido à alma implicará na introdução de teses ontológicas. Entre outras teses, aqui Descartes introduz uma tese acerca do que consiste o homem, a saber, um composto corpo/alma, tese esta que, por um lado, se afasta da concepção platônica de que a alma é a essência do homem sendo o corpo um mero veículo e, por outro lado, não se identifica com o hilomorfismo tomista aristotélico segundo o qual corpo e alma compõem uma única substância que consiste de matéria e forma a ela inerente. Ambas as tradições são rejeitadas em favor da tese de que o homem é uma unidade composta que consiste numa íntima mistura entre duas substâncias que são, entretanto, completas, distintas e excludentes. Entretanto, essa tese ontológica, consequente à análise das condições de possibilidade do conhecimento dos corpos não aparece sem causar, ao menos aparentemente, um embaraço para o sistema cartesiano: seria possível compatibilizar a tese da distinção radical entre duas substâncias com a da união substancial entre essas substâncias? É esse aparente embaraço que será tratado nesse artigo.

É sabido que, segundo a tese cartesiana do dualismo, a mente humana é uma substância pensante e essa substância é realmente distinta do corpo humano, que por sua vez é também uma substância, a saber, uma substância extensa. É sabido ainda que, embora corpo e alma sejam substâncias distintas, estas, na existência do homem, estão intimamente ligadas por Deus, o que constitui uma união substancial. Logo à primeira vista, portanto, a conjunção dessas duas teses cartesianas, a da união e a da distinção, faz surgir pelo menos dois problemas do pon-

to de vista ontológico: no que consistiria essa união substancial entre duas substâncias distintas, e como é possível a interação entre corpo e alma, isto é, a interação entre essas duas substâncias distintas. Pode-se expressar o primeiro desses problemas da seguinte maneira: se é correto afirmar que a tese cartesiana da união corpo/alma visa rejeitar a tese hilomórfica e a tese platônica, então é necessário que no sistema cartesiano a tese da união substancial, por um lado, se compatibilize com a da distinção real entre o corpo e a alma e, por outro lado, se afaste da noção de que são substâncias justapostas. Isto é, se, por um lado, a noção cartesiana de composto corpo/alma visa rejeitar a concepção hilomórfica tomista aristotélica, então Descartes, ao introduzir o dualismo entre as duas substâncias corpo e alma deve introduzir uma determinada concepção de substância que impede que estas sejam concebidas como incompletas e que uma possa complementar a outra. Nesse sentido, apesar de sustentar a tese da união corpo/alma, Descartes deve preservar o dualismo radical entre as substâncias corpo e alma. E se, por outro lado, através da tese da união Descartes visa sustentar que o homem não é essencialmente razão que se serve de um corpo, então sua tese da união deve se afastar da tese segundo a qual o composto corpo/alma é uma justaposição de duas substâncias distintas, em favor da tese de que se trata de uma mistura íntima.

O segundo problema apontado, conseqüente à conjugação das teses da distinção corpo/alma e união corpo e alma pode, por sua vez, ser expresso da seguinte maneira: se o composto corpo/alma é constituído por duas substâncias radicalmente distintas, como é possível que uma substância aja sobre a outra? Se nada há de comum entre corpo e alma como é possível, por exemplo, que corpos sejam causas de nossas idéias e de nossas sensações, ou que nossos pensamentos causem movimento nos nossos corpos?

Nesse artigo serão deixados de lado tanto a segunda parte do primeiro problema, a saber, a questão de como através da tese da união Descartes se afasta da tradição platônica, quanto o segundo problema, a saber, a questão da possibilidade da interação entre duas substâncias distintas. O objeto de exame aqui se restringe à argumentação cartesiana em favor da solução da primeira parte do primeiro problema apontado: a argumentação cartesiana que permite a rejeição da

tese de que o homem é uma única substância composta de matéria e forma. Nossa hipótese é a de que a tese cartesiana da união corpo e alma não compromete, mas ao contrário se serve da tese da distinção real entre as substâncias corpo e alma. Que corpo e alma são substâncias que se excluem e que, portanto, têm propriedades que se repelem, é condição primeira para a eficácia da rejeição cartesiana da tese do hilomorfismo e, nesse sentido, Descartes, ao introduzir a tese da união corpo/alma, não abandona nem enfraquece a tese dualista.

Na defesa da nossa hipótese será necessário mostrar que a argumentação cartesiana em favor da distinção real entre corpo e alma não pode se basear apenas no princípio de separabilidade, como usualmente se afirma². Se um dos objetivos de Descartes na Sexta Meditação é rejeitar a tese hilomórfica, então não basta que sustente que as substâncias distintas são separáveis (isto é, não basta que Deus possa fazê-las existir separadas), é preciso mostrar que as propriedades de uma excluem as propriedades da outra, de tal forma que quando unidas não possam formar uma única substância.

² Descartes ao longo das *Meditações* apresenta dois argumentos em favor da distinção real entre corpo e alma: um que se baseia no princípio da separabilidade e outro que se baseia no princípio da divisibilidade. O argumento que se baseia no princípio da separabilidade é o argumento usualmente considerado como o argumento principal de Descartes. Veja-se, por exemplo, os comentários à prova da distinção real apresentados em *Descartes* de M. Wilson, *The Metaphysics of Descartes* de Beck, *Descartes* de Kenny e *Descartes* de B. Williams. Uma reconstrução do argumento da distinção real entre corpo e alma que se baseia no princípio da separabilidade seria: concebo clara e distintamente a alma sem qualquer recurso ao corpo; tudo que concebo clara e distintamente Deus pode criar assim como concebo; logo, Deus pode criar a alma separadamente do corpo; se pode criar alma e corpo como separados, então são separáveis; se são separáveis, são realmente distintos. O argumento que se baseia no princípio da divisibilidade consistiria no seguinte: concebo clara e distintamente que todo corpo é divisível, e que toda mente é indivisível, Deus garante a verdade das minhas idéias claras e distintas, logo todo corpo é divisível, toda mente é indivisível e, por isso mesmo, nenhum corpo é mente. Ambos os argumentos envolvem, entretanto, o mesmo problema que será tratado nesse artigo: não devem provar apenas que corpo e alma são distintos, mas, mais que isso, devem provar que quando unidos não formam uma única substância. Para uma análise e comparação entre os dois argumentos veja-se Wagner, 1983.

O ponto de partida da defesa da nossa hipótese é, então, a afirmação de que o conceito cartesiano de união corpo e alma supõe uma determinada compreensão do argumento em favor da distinção corpo e alma. Segundo a leitura a ser aqui defendida, o argumento cartesiano em favor da distinção real entre corpo e alma visa mostrar não apenas que pensamento e corpo são separáveis e, portanto, distintos, mas, mais que isso, visa mostrar que são substâncias completas de tal modo que seus atributos principais são excludentes. Visto que a argumentação cartesiana em favor do dualismo se inicia na Segunda Meditação, parte dessa meditação será examinada tendo como fim elucidar em que medida, segundo Descartes, é possível, a partir dessa argumentação, sustentar na Sexta Meditação a tese da união corpo/alma como um composto entre duas substâncias completas que se excluem. Será necessário mostrar ainda que, embora nas *Meditações* Descartes não faça um recurso explícito a teses básicas de sua ontologia, sua argumentação em favor da distinção real as pressupõe. Para tanto será necessário recorrer a outros textos cartesianos, a saber, *Princípios*, *Notas acerca de um Programa* e *Conversações com Burman*, onde Descartes argumenta explicitamente em favor dessas teses. Que não tenha tratado detalhadamente dessa questão nas *Meditações* Descartes explicitamente reconhece no Resumo das seis Meditações quando afirma “... e isso nos leva a reconhecer que a natureza da alma e a do corpo não apenas são diversas, mas, de algum modo, contrárias. Mas nesse tratado não me empenhei em dizer nada mais acerca desse tema ...”³

Segunda Meditação

Em termos essenciais, pelo argumento da distinção real Descartes sustenta que corpo e alma são tipos distintos de substâncias que são identificados como tal a partir de dois atributos de tipos distintos. E esse modo de concebê-los se opõe a concebê-los como elementos complementares de uma única substância com dois tipos distintos de atributos ou uma única substância com diferentes naturezas. Sendo assim, pretendemos mostrar que o argumento em favor do dualismo

³ *Meditações Metafísicas*, Resumo das Seis Meditações Seguintes.

entre as duas substâncias se baseia, ainda que implicitamente, em certas teses fortes da ontologia cartesiana, a saber, 1) que uma substância só pode ter um atributo essencial, o que envolve que 2) atributo essencial e natureza da substância se identificam. Só a partir disso Descartes poderá, na Sexta Meditação, afirmar que atributos essenciais se excluem e assim rejeitar duas alternativas: a) que uma substância tenha uma única natureza com vários atributos ou b) que uma substância tenha várias naturezas. E só a partir dessa argumentação Descartes poderá, então, na Sexta Meditação, introduzir seu conceito de união corpo/alma através do qual rejeitará, por um lado, a concepção platônica que admite uma união no sentido fraco (segundo a qual o corpo é um mero veículo para a alma), visto que o conhecimento da existência da união envolve experimentar uma união segundo a qual a alma não está meramente alojada no corpo como um piloto em seu navio, mas sim conjugada a este “muito estreitamente e de tal modo confundida e misturada, que compõe com ele um único todo⁴” e, por outro lado, rejeitará a concepção tomista aristotélica de união no sentido hilomórfico, visto que a união corpo e alma não consiste numa única substância onde a alma e o corpo são complementares, sendo a alma a forma substancial inerente ao corpo, mas, em vez disso, trata-se de união entre duas substâncias cujas propriedades essenciais se repelem.

A análise da Segunda Meditação nos mostra que, ao introduzir o argumento em favor da distinção real entre corpo e alma, o objetivo imediato de Descartes é provar: 1) que certos atos indubitáveis não supõem extensão e, nesse sentido, não são modos da extensão; 2) que pensamento é atributo principal e, por isso mesmo, ser consciente da existência do pensamento é ser consciente da existência de uma substância cuja natureza é imaterial; 3) que esses atos indubitáveis são modos do pensamento; e 4) que o conhecimento da alma é a priori. Nossa hipótese interpretativa do argumento em favor da distinção real é a de que nele Descartes percorre os seguintes passos:

⁴ *Meditações Metafísicas*, Sexta Meditação.

a) Da experiência de diferentes atos conclui a existência de um “eu” que é sujeito desses atos. É indubitável que experimento certos atos. Dessa experiência indubitável, Descartes infere a indubitabilidade da existência de uma certa unidade formal desses atos, a saber, um “eu”. O conhecimento da existência desse eu é, portanto, automático e não problemático.

b) Descartes se pergunta, então, pela natureza desse “eu”. Visto que a ontologia cartesiana admite a existência apenas de substâncias e modos, esse “eu” ou bem é modo ou bem é substância. Até aqui, não conhece, portanto, com precisão a natureza desse “eu”: não sabe se é um modo ou uma substância⁵.

Cabe notar que todo o exame que se segue na Segunda Meditação supõe a tese cartesiana segundo a qual um modo é ontológica e epistemicamente dependente da substância. Não só a existência do modo depende da substância, mas também o conhecimento do modo depende da substância. A formulação explícita das teses que permitem essa afirmação aparece nos *Princípios*, I, 52, 53 e 54.

A ontologia cartesiana admite a existência de substâncias e modos. Os modos existem nas e através das substâncias e as substâncias existem por si mesmas. Assim, os modos dependem ontologicamente das substâncias às quais são inerentes. Entretanto, além disso, toda propriedade de uma substância depende de seu atributo essencial na medida em que as propriedades consistem nos modos desse atributo principal. O atributo principal, portanto, determina as proprie-

⁵ Note-se que o fato de Descartes na Segunda Meditação introduzir o conhecimento da existência do “eu” antes de se perguntar pela natureza desse eu não é suficiente para minar sua tese de que todo conhecimento de existência depende de um conhecimento de natureza. O conhecimento da existência do eu depende do conhecimento das propriedades desse eu e, por isso mesmo, do conhecimento da natureza desse eu, natureza essa, entretanto, que só será esclarecida pelo exame que se segue. Por isso mesmo, ao se perguntar pela natureza do eu, imediatamente após a descoberta da existência do eu, Descartes afirma: “Mas não conheço ainda bastante claramente o que sou ...”, indicando que já conhece, numa certa medida, o que é, quando conhece que é. (Grifo acrescentado).

dades de uma substância e, nesse sentido, determina a própria natureza da substância⁶.

Mais ainda, segundo Descartes, percebemos a substância não por si mesma, mas através de seus modos. Ora, se o atributo principal é constitutivo da natureza da substância na qual é inerente e determina, assim, que tipo de propriedade ou modos a substância pode ter, e se a substância só é percebida através de seus modos ou propriedades, então os modos da substância dependem não apenas ontológica, mas também conceitualmente de seu atributo. Concebemos a substância quando concebemos seus modos e só concebemos clara e distintamente seus modos quando concebemos a que atributo essencial são inerentes, atributo esse que determina a própria natureza da substância. Se é assim, além de ontologicamente, um modo depende epistemicamente do atributo ao qual é inerente, porque não pode ser concebido clara e distintamente sem que se conceba este atributo.

Se um modo é conceitualmente dependente do atributo ao qual é inerente e se o atributo é o que determina a natureza da substância então, segundo Descartes, não se pode clara e distintamente compreender um modo sem conceber o tipo de substância do qual é modo. Mas se é assim, então o exame da natureza desse eu que é unidade formal de diferentes atos indubitáveis necessariamente passa pelo exame de se esses atos indubitáveis são modos e no caso de serem modos, de que substância são modos. E isso só pode ser examinado através do exame de como o “eu” é concebido.

c) Apesar de o corpo ter sido posto em dúvida pelos argumentos da Primeira Meditação, Descartes examina se a descoberta desse “eu” não seria a rein-

⁶ É aqui assumido, sem detalhes, a tese de que Descartes, embora problematize ambas, teria tratado diferentemente o que seriam as qualidades reais e o que seriam as formas substanciais. Embora com outro vocabulário, Descartes parece, por um lado, rejeitar a tese do finalismo da forma substancial, mas não a de que a forma substancial determina as propriedades de uma substância, ao admitir que é o atributo principal que determina essas. Por outro lado, Descartes parece rejeitar a tese de que as qualidades das coisas são reais com base na tese de que esse conceito de qualidade real é inteligível. (veja-se carta a Mersenne de 26 de abril de 1643).

trodução do corpo. A partir da definição de corpo mostra que não há qualquer razão para se atribuir corporeidade a esse “eu”. Enumera as propriedades que tradicionalmente se entende como sendo as propriedades do corpo, a saber, “tudo que pode ser limitado por alguma figura, que pode ser compreendido em qualquer lugar e preencher um espaço de tal sorte que todo outro corpo dele seja excluído; que pode ser sentido ou pelo tato, ou pela visão, ou pela audição, ou pelo olfato; que pode ser movido de muitas maneiras, não por si mesmo, mas por algo alheio...”⁷. Se pergunta, então, se os atos indubitáveis experimentados estão necessariamente relacionados a essas propriedades. “Posso estar certo de possuir a menor de todas essas coisas que atribuí ... à natureza corpórea?” e conclui que não: não há uma relação necessária entre os atos indubitáveis que asseguram a existência do eu e essas propriedades corpóreas, já que posso concebê-los sem recorrer a qualquer propriedade corpórea. Nas palavras de Descartes, “passo e repasso todas essas coisas em meu espírito e não encontro nenhuma que possa dizer que exista em mim”⁸. Conclui, portanto, que os atos indubitáveis que asseguram a existência do eu não são modos da mesma substância à qual pertencem os modos atribuídos ao corpo, porque posso pensar esses atos (que podem ser modos) sem recurso a qualquer propriedade do corpo. Ora se, como vimos, conceber um modo é concebê-lo conjuntamente com o atributo ao qual é inerente, e se concebo os atos desse eu sem precisar relacioná-los ao corpo, então, se forem modos, não são modos corpóreos.

d) Pelas mesmas razões acima, Descartes se pergunta se esses atos indubitáveis cuja unidade formal é esse “eu” podem ser modos da alma. Aqui é examinada a possibilidade de esse eu ser alma no sentido usual de alma⁹. Enumera então o que seriam as propriedades da alma: nutrir-se, movimentar-se, sentir e pensar. Em suas palavras: “Passemos, pois, aos atributos da alma e vejamos se há alguns que existam em mim. Os primeiros são alimentar-me e caminhar; ... Um

⁷ *Meditações Metafísicas*, Segunda Meditação § 6.

⁸ *Meditações Metafísicas*, Segunda Meditação.

⁹ Veja-se a resposta de Descartes às objeções feitas por Gassendi à Segunda Meditação, onde Descartes afirma ter se referido ali à opinião do vulgo.

outro é sentir ... Um outro é pensar ...”. Do mesmo modo como faz com relação ao corpo, Descartes mostra que esse eu pode não envolver as partes da alma que supõem o corpo. Isto é, mostra que posso conceber esses atos indubitáveis sem recorrer ao que seriam as partes da alma que envolvem um corpo. Só uma coisa não pode ser separada desses modos, a saber, o que seria a parte da alma que não envolve corpo, a saber, o pensamento: “verifico aqui que o pensamento é um atributo que me pertence¹⁰” e conclui que pensamento é um atributo essencial visto não poder ser separado do “eu” sob pena desse “eu” talvez deixar de existir: “poderia talvez ocorrer que, se eu deixasse de pensar, deixaria ao mesmo tempo de existir”. Descartes conclui, portanto, que os atos indubitáveis desse “eu” são modos desse atributo essencial pensamento.

Visto que o atributo essencial é o que determina a natureza da substância, esse eu é substância e é pensamento que, como já se sabe a partir da rejeição do que seriam as partes corpóreas da alma, é idêntico à alma. Aqui é introduzida uma primeira inovação com relação à escolástica: alma é essencialmente só pensamento, pois, se penso os atos indubitáveis necessariamente tenho que conceber o atributo ao qual são inerentes. Não tenho razões para pensar no atributo extensão (posso pensar esses atos sem recorrer à extensão), mas, no entanto, a mente percebe clara e distintamente a conexão entre os modos indubitáveis e o pensamento visto não ser possível separar esses atos do ato de pensar.

Assim, a partir dos modos experimentados, da definição de corpo e da definição de alma e, ainda, da tese da dependência epistêmica dos modos, Descartes conclui que estes não são modos do atributo definitório de corpo, na medida em que não há razão para vinculá-los, mas, ao contrário, são modos definitórios da alma. Até aqui, então, se teria: visto que a mente não percebe qualquer conexão entre os atos indubitáveis e o corpo, mas percebe entre estes atos e o pensamento, quando pensados conjuntamente, segue-se que estes atos indubitáveis são modos do atributo essencial pensamento e não do atributo essencial extensão.

¹⁰ *Meditações Metafísicas*, Segunda Meditação.

Com essa conclusão Descartes rejeita que os atos mentais sejam necessariamente corpóreos.

Essa conclusão, entretanto, ainda não é forte o suficiente: Descartes precisa que a tese do atributo essencial implique que os modos de uma substância sejam incompatíveis com os modos da outra, do contrário, ao unir as duas substâncias Deus poderia formar uma terceira onde uma seria, por exemplo, a forma da outra.

Assim, a princípio, embora já presente na argumentação, a tese de que o atributo essencial determina a natureza de uma substância parece não ser ainda suficiente para rejeitar a tese de que os modos do pensamento juntamente com modos do corpo componham uma única substância, isto é, que pensamento e extensão sejam atributos essenciais de uma mesma substância. Até esse ponto da argumentação, se levarmos em conta apenas a separabilidade do pensamento e da extensão, isto é, o fato de que posso conceber um sem conceber o outro, Descartes poderia ainda admitir que uma substância (a união corpo e alma, por exemplo) tivesse dois atributos diferentes. E isso poderia ainda significar ter duas (ou mais) naturezas ou ter uma natureza com dois (ou mais) atributos. Sendo assim, com essa conclusão Descartes não poderia ainda rejeitar a tese hilomórfica. Ter uma idéia clara e distinta de que não é necessário o conceito de extensão para a compreensão da natureza do pensamento não é suficiente para afirmar que o atributo essencial pensamento não compõe junto com a extensão (um outro atributo essencial) uma única substância. Que a mente seja separável do corpo não impede que seja, por exemplo, forma inerente ao corpo quando a este unida¹¹. Nada impede, portanto, a princípio, que duas substâncias (se incompletas e complementares) sejam unidas formando uma terceira ou que uma substância ou uma natureza

¹¹ Com efeito, é possível admitir a separabilidade entre a alma e o corpo, sem que se aceite a distinção real entre corpo e alma e, por isso mesmo, sem que se aceite a existência de duas substâncias distintas, admitindo-se que é a união corpo e alma que constitui uma substância. É possível, por exemplo, sustentar que o ato de existência pertence originalmente à substância composta por corpo e alma, mas que, ainda assim, a alma pode existir separadamente do corpo supondo-se que a existência adere à alma de tal forma que quando separada do corpo esta retém a existência.

tenha mais do que um atributo. Se seu objetivo é rejeitar inteiramente a possibilidade do hilomorfismo, Descartes tem que mostrar que, sendo a alma uma substância imaterial e completa, seu atributo essencial, mesmo quando unido a outro atributo essencial, não formará uma outra substância porque um atributo essencial exclui o outro. Trata-se de mostrar que os modos de uma substância excluem os modos de qualquer outro atributo essencial, o que supõe não só a tese cartesiana de que o atributo essencial determina a natureza de uma substância, mas, uma tese mais forte, a saber, que os atributos de substâncias distintas são contraditórios.

Sendo assim, para que o argumento da Sexta Meditação seja um argumento forte, Descartes terá que fazer a passagem, da noção de concepção clara e distinta de substância pensante, isto é, substância que pode ser concebida sem o atributo da extensão, para substância pensante que, como tal, exclui o atributo extensão. Descartes parece, na Segunda Meditação, ter percebido essa dificuldade quando, na passagem acima citada, já tendo reconhecido que o pensamento é atributo essencial do “eu” admite, ainda assim, a possibilidade do “eu” ser uma substância com outros atributos essenciais de tal forma que deixando de pensar talvez, ainda assim, existisse: “... pois poderia, talvez, ocorrer que, se eu deixasse de pensar, deixaria ao mesmo tempo de ser ou de existir”¹². Ao afirmar que talvez deixasse de existir, Descartes parece estar admitindo a possibilidade do “eu” ser composto por outros atributos essenciais de tal forma que, na ausência de um ainda pudesse existir. O fato de que Descartes na Segunda Meditação está ciente de que a prova de que os modos do pensamento não são modos do corpo, não implica que corpo e alma não pertencem a uma mesma substância, isto é, não componham uma mesma coisa (eu) fica claro ainda por outras passagens. Por exemplo, ainda nessa Meditação, num trecho adiante Descartes afirma, “... Mas também pode ocorrer que essas mesmas coisas, que suponho não existirem ..., não sejam efetivamente diferentes de mim ...? Nada sei a esse respeito não o discuto atualmente ...”. Ou ainda na resposta a Gassendi: “posto que não sabia então

¹² *Meditações Metafísicas*, Segunda Meditação.

se corpo era uma e mesma coisa que o espírito ou se não o era, eu nada queria adiantar...”.

Assim, para que a prova da união corpo e alma oferecida na Sexta Meditação introduza uma concepção alternativa à concepção escolástica de união, Descartes precisa não só da tese segundo a qual os atributos essenciais determinam a natureza das substâncias, mas uma tese mais forte, a saber, que essa determinação torna os atributos essenciais excludentes. Isto é, tendo em vista a solução tomista para o problema da união corpo/alma, segundo a qual o corpo e a alma formam uma única substância, Descartes tem que mostrar que alma e corpo são substâncias completas e excludentes.

Com efeito, ora de modo ambíguo, ora mais explicitamente, a concepção cartesiana de substância parece envolver que os atributos essenciais sejam contrários uns aos outros. Nos *Princípios* I, 53 ao elucidar sua concepção de substância, Descartes afirma “E, certamente, é a partir de um atributo, não importa qual, que uma substância é conhecida, mas é uma só, no entanto, a propriedade principal de cada substância, a qual constitui a natureza e a essência da mesma e à qual todas as outras são referidas ... A saber, a extensão em comprimento, largura e profundidade constitui a natureza da substância corpórea e o pensamento constitui a natureza da substância pensante. Pois tudo o mais, que pode ser atribuído ao corpo pressupõe a extensão e é apenas um certo modo da coisa extensa; assim como todas as coisas que encontramos na mente são apenas diversos modos de pensar...”. Assim, Descartes afirma, mas não justifica, a tese de que a cada substância pertence apenas um único atributo. Essa tese de que o atributo principal de uma substância é contrário e incompatível com o de outra substância aparece explicitamente também em outros textos, como o de sua resposta às objeções de Arnauld, quando ao se referir à prova da distinção real oferecida na Sexta Meditação afirma “é da natureza das substâncias que elas mutuamente se excluem”¹³. A tese fica explícita, mas ainda não justificada. E como se trata de uma tese fundamental para a argumentação cartesiana em favor da tese de que a união corpo e

¹³ Respostas às Quartas Objeções.

alma não consiste na inerência de uma forma substancial a uma matéria, cabe buscar no texto cartesiano, se houver, sua justificativa.

Até aqui, portanto, sabemos que o argumento em favor da distinção real entre corpo e alma supõe não só a tese da separabilidade entre as duas substâncias, mas uma tese mais forte da ontologia cartesiana, segundo a qual o atributo principal de uma substância determina sua natureza. Resta ainda mostrar como Descartes passa dessa tese para a de que uma substância (ou um atributo principal) exclui qualquer outra (ou qualquer outro atributo principal). Isto é, resta explicar como, ao conceber um atributo que reconheço como atributo principal de uma substância (que não pode ser separado de mim) exclui-se a possibilidade de que outro atributo principal o complemente na formação de uma substância. Nas palavras de Descartes em sua resposta às objeções feitas por Arnauld, “agora devo explicar como o simples fato de que posso clara e distintamente compreender uma substância sem a outra é suficiente para me assegurar que uma *exclui* a outra.”¹⁴

Nessa resposta a Arnauld, Descartes deixa claro que o contexto no qual introduz a distinção corpo/alma é o de uma discussão com a escolástica, visando rejeitar a solução tomista acerca do conceito de união corpo/alma. Ainda nessa resposta, Descartes afirma “Estou ciente de que certas substâncias são comumente chamadas ‘incompletas’. Mas se a razão para chamá-las de incompletas é a de que elas são incapazes de existir por elas próprias, então confesso achar contraditório que sejam ao mesmo tempo substâncias, isto é, coisas que subsistem por elas próprias, e incompletas, isto é, coisas que não possuem o poder de subsistir por elas próprias.” Parece claro aqui que Descartes se refere ao que seria, segundo sua interpretação, uma tese escolástica segundo a qual o corpo e a alma humanos seriam substâncias incompletas que se complementam: o corpo seria incompleto porque sendo apenas potência só existiria em virtude de sua forma substancial, a alma. A alma seria incompleta na medida em que sua parte racional, sendo potência, só é ativada na operação do conhecimento que, por sua vez, supõe o corpo.

¹⁴ Grifo acrescentado.

Ao referir-se a essa tese Descartes visa mostrar que é da natureza das substâncias que elas mutuamente se excluam, o que sugere que sua rejeição à solução tomista da questão da união corpo/alma supõe a tese da exclusão mútua dos atributos principais.

É, no entanto, no *Comentário acerca de um Programa*¹⁵ que Descartes de alguma maneira deixa claro o que seria a justificativa para a tese de que os atributos essenciais mutuamente se excluem. Regius, no artigo 2 de seu *Programa* afirma que o fato dos atributos extensão e pensamento serem diferentes no sentido de separáveis, (concebidos independentemente) não implica que se excluam. Em suas palavras “... se seguirmos alguns filósofos que sustentam que extensão e pensamento são atributos presentes em certas substâncias, como em sujeitos, então, visto que esses atributos não são opostos, mas apenas diferentes, não há por que a mente não ser um tipo de atributo coexistente à extensão no mesmo sujeito, embora um atributo não esteja incluído no conceito do outro.” Em seu *Comentário* Descartes esclarece que isso só é possível, isto é, pensar na possibilidade de mais de um atributo em uma única natureza se, como Regius, considerar-se atributos como modos, isto é, como estando presentes na substância como em sujeitos. Mas para isso ter-se-ia que considerar substância como um sujeito despido de qualquer propriedade. Descartes, entretanto, ao identificar o atributo principal com a substância pretende justamente rejeitar essa tese de que substância é simplesmente um sujeito de inerência. E suas observações acerca do *Programa* de Regius torna isso bem claro: “eu não afirmei que esses atributos estão presentes nas substâncias como em sujeitos distintos deles ... extensão – sujeito de modos – não é um modo da substância corpórea, mas um atributo que constitui sua essência

¹⁵ Em 1647 Henricus Regius anexou a uma discussão médica na Universidade de Utrecht vinte e uma teses acerca da explicação do espírito humano. Essas teses foram publicadas separadamente como um “programa” e é assim que Descartes toma conhecimento delas. Embora Regius fosse defensor da física cartesiana, algumas dessas teses do “programa” eram contrárias às teses de Descartes. Descartes, por sua vez, escreve *Comentário sobre um Programa*. Com o objetivo de esclarecer e rejeitar o que seriam, segundo ele, as distorções feitas por Regius, nesse *Comentário* Descartes reproduz o que seriam as teses de Regius e as comenta. Veja-se *Oeuvres de Descartes*, AT VIII B.

natural ... pensamento ... não é concebido como um modo, mas sim como um atributo que constitui a natureza de uma substância ... quando a questão diz respeito a atributos que constituem a essência de algumas substâncias, não pode haver maior oposição entre eles do que o fato de serem diferentes”. Nitidamente, portanto, a idéia de Descartes é a de que, nesse caso, ser diferente é ser contrário. E isso só é possível porque o atributo não meramente determina a natureza da substância, mas é idêntico a esta natureza. Só concebendo assim o atributo principal é contraditório supor que uma substância tenha dois atributos diferentes, pois seria o mesmo que dizer que é de uma determinada natureza e ao mesmo tempo sua natureza é outra (diferente).

Assim, a tese de que uma natureza não pode ter dois atributos é implicada pela concepção cartesiana de substância: ao que parece Descartes pretende que substância não seja o mesmo que um sujeito de inerência, isto é, um sujeito despidido de propriedades no qual estas são inerentes, mas não constitutivas. Uma substância não é algo que nela mesma não tem qualquer característica, mas, ao contrário, é inteiramente constituída por seu atributo principal. Na substância não há nada além ou aquém de seu atributo principal. Note-se ainda, para confirmação dessa interpretação, por exemplo, o que Descartes afirma nos *Princípios*: “O pensamento e a extensão podem ser considerados como constituindo a natureza da substância inteligente e a da corpórea; e, assim, não devem ser concebidos de outro modo senão como a própria substância pensante e a substância extensa¹⁶, isto é, como a mente e o corpo” (*Princípios*, I, 63). Assim, se o atributo principal se identifica com a substância, é possível compreender por que um atributo principal exclui qualquer outro: não é possível uma substância ser algo e ser algo que não ela.

Cabe lembrar ainda que Descartes chama atenção para o fato de que isso se aplica apenas aos atributos principais (em oposição a aplicar-se também aos modos): só no caso dos atributos principais, porque estes se identificam com a substância, ser diferente significa ser oposto, na medida em que significa ser uma

¹⁶ Grifo acrescentado.

determinada substância e ser uma outra substância que não essa, o que é contraditório. Nas palavras de Descartes, ainda em seus comentários ao *Programa de Regius*: “Pois quando se trata de atributos que constituem a essência de alguma substância¹⁷ não pode haver maior oposição entre eles do que o fato de serem diferentes; e visto que ele [Regius] reconhece que um atributo é diferente do outro, isto é o mesmo que dizer que um atributo não é o outro; mas “é” e “não é” são contrários.” Com essa restrição aos atributos que são idênticos à essência da substância, portanto, Descartes evita o embaraço de admitir que qualquer coisa que não seja uma outra, seja contrária a ela, isto é, evita o embaraço de confundir, de um modo geral, diferença com oposição.

Admitindo agora que os atributos principais se excluem uns aos outros, pode-se admitir então que o argumento pela distinção real conclui não só que as substâncias são realmente distintas, mas, sobretudo, que são substâncias completas no sentido forte, isto é, não só prescindem, mas de fato não admitem uma complementação, tese importante para a conclusão da Sexta Meditação acerca da união corpo e alma através da qual Descartes pretende, entre outras coisas, rejeitar a solução hilomórfica.

Referências Bibliográficas

- BECK, L.J. *The Metaphysics of Descartes: A Study of the Regulae*. Oxford: Clarendon Press, 1952.
- DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. In: C. Adam e P. Tannery (eds.). *Oeuvres de Descartes*. Paris: Vrin, 1996. 11v.
- KENNY, A. *Descartes. A Study of his Philosophy*. Key Texts – Classic Studies in the History of Ideas. England: Thoemmes Press, 1995.
- WAGNER, S. “Descartes’s Arguments for Mind-Body Distinctness”. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 43, n. 4, junho 1983.

¹⁷ Grifo acrescentado.

WILLIAMS, B. *Descartes. The Project of Pure Enquiry*. London: Penguin Books, 1978.

WILSON, M. *Descartes. Ego Cogito, Ergo Sum*. London/New York: Routledge, 1991.